

Cartas, mistérios e memórias: tesouros da Amazônia vêm à tona no Arquivo Público do Pará

Category: GERAL, PARÁ

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 11 de março de 2026



Fundado em 1901, o Arquivo Público do Estado do Pará é uma das instituições mais antigas da Região Norte e o segundo arquivo público mais antigo da Amazônia, atrás apenas do Arquivo Público do Estado do Amazonas. Instalado em um prédio erguido durante a Belle Époque, em Belém, o espaço já abrigou o antigo Banco Comercial do Pará.

Tombado como patrimônio histórico em 1982, o edifício preserva características arquitetônicas originais, como estantes centenárias de aço “pé de leão”, importadas da França, além de elementos em mármore italiano, marcas da influência europeia em construções emblemáticas da capital, como o Theatro da Paz e o Museu do Estado do Pará.

Hoje, o arquivo reúne cerca de quatro milhões de documentos, com registros que vão de 1655 até 2008. Mais do que preservar papéis antigos, a instituição guarda parte essencial da história da Amazônia, e essa missão vai além do aspecto histórico: é também social, jurídico e educativo.

Leonardo Torii, diretor da instituição, destaca a dimensão do acervo e sua importância nacional. “O arquivo é considerado o

quarto mais importante do Brasil. Por quê? Pela documentação que ele guarda. Então a gente não tem só a documentação do Pará, a gente tem a documentação dos estados da Amazônia todos, incluindo a Amazônia Legal, Mato Grosso, Maranhão, até o Piauí, que não faz parte da Amazônia, mas nós temos documentos deles”, enfatiza ele.

Segundo Torii, essa abrangência se explica pelo passado colonial. “Tem um período da história da Amazônia, que é o período colonial, em que nós éramos um outro estado, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, diferente do Estado Geral do Brasil, que a capital era Salvador. A capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão ou era Belém ou era São Luís”, explica.

Por isso, a documentação preservada no arquivo ultrapassa fronteiras estaduais. “A documentação que tem aqui não fala só sobre o Pará, mas fala sobre a Amazônia como um todo e a história amazônica no período colonial. As relações dos portugueses com os indígenas, a introdução dos africanos escravizados, as negociações, as lutas, como os portugueses vão adentrar no Vale Amazônico”, pontua Torii.

Para o diretor do Arquivo Público do Estado do Pará, a grande missão é “guardar, resguardar toda essa documentação histórica. E o mais importante, não é só guardar, é disponibilizar”. Ele reforça que “toda essa documentação está acessível para qualquer cidadão. Qualquer pessoa que queira pesquisar esses documentos, independentemente de ser historiador ou não, terá acesso”.

O documento mais antigo guardado no Arquivo, entre os 4 milhões, é datado do ano de 1655. Segundo Leonardo, “trata-se de um regimento dos governadores, uma espécie de cartilha para quem viesse governar a região, estabelecendo o que podia e o que não podia fazer”.

O diretor do Arquivo Público do Estado do Pará reforça uma característica importante que deve ser feita: a diferenciação

de um documento guardado no arquivo do documento de biblioteca. “Qualquer documento guardado dentro de um arquivo, ele é único. Não há outra cópia em outro lugar. A documentação que temos aqui, por exemplo, o Amazonas não tem, Macapá não tem, outros estados da Amazônia Legal não têm”, esclarece. E diante da enormidade e pluralidade documentos sob a guarda da instituição, há aqueles que até o dias atuais ainda apresentaram valores legais preservados.

Como forma de democratizar ainda mais o acervo do Arquivo Público, cerca de 300 mil documentos já passaram pelo processo de digitalização, no entanto, o diretor do espaço explica que esse trabalho precisa ser feito de forma cautelosa e cuidadosa.

“Nós temos uma média de 300 mil documentos já digitalizados, mas o total chega a quatro milhões. É um trabalho lento, porque não é feito de qualquer maneira. Antes de ser digitalizada, a documentação passa pelo laboratório de restauro. Às vezes o documento está muito deteriorado e passa bastante tempo no laboratório antes de ser digitalizado”, conta ele.

O Arquivo Público ficou fechado para reformas estruturais por 10 meses, e isso gerou enormes desafios, principalmente na questão de disponibilizar os documentos para pesquisadores. E foi nesse período, segundo Leonardo Torii, que a digitalização ganhou um papel ainda mais importante.

“Durante o período em que o prédio precisou fechar por causa das condições físicas, o grande desafio foi dar uma resposta ao pesquisador que precisava da documentação. O acesso ao original não era possível, mas tudo o que já estava digitalizado foi ofertado. Colocamos os arquivos em uma nuvem e oferecemos o link de acesso. E como o Arquivo Público ainda não possui um site com capacidade para hospedar todas essas informações, criamos alternativas. Uma delas é o contato direto por e-mail. Como os documentos digitalizados estão

hospedados em nuvem, é possível enviar um link de acesso. A outra forma é pelo Instagram. Na bio do perfil há um link que dá acesso aos documentos digitalizados”, explica o diretor.

Outro desafio que o Arquivo busca superar, segundo Torri, é a diversificação do público que frequenta o espaço, bem como, a descentralização desse conhecimento, visto a imensidão do estado do Pará.

A reabertura do Arquivo Público do Estado do Pará marcou não apenas a retomada das visitas presenciais, mas também a valorização de um trabalho que, embora pouco visível ao público, é fundamental para a preservação da memória amazônica. Entre estantes, códices (volumes que reúnem diversos documentos históricos) centenários e manuscritos raros, profissionais atuam diariamente para garantir que documentos históricos atravessem o tempo com integridade.

É o caso do historiador André da Silva Lima, técnico em gestão cultural da Secretaria de Estado de Cultura (Secult), que há cerca de 15 anos dedica-se ao tratamento, organização e preservação do acervo documental da instituição. Formado em História, ele explica que seu trabalho começa pela leitura minuciosa dos códices e manuscritos que compõem o acervo. A partir dessa análise, elabora resumos técnicos, seleciona trechos para publicações e produz conteúdos que contextualizam documentos históricos em exposições promovidas pelo Arquivo e pela Secult.

“Muitos manuscritos, especialmente do período colonial, apresentam grafia antiga, com ortografia e vocabulário bastante diferentes do português atual. Por isso, realizamos a transcrição desses documentos, para facilitar a leitura e tornar o conteúdo acessível ao público”, explica André.

Em exposições temáticas, o trabalho vai além da simples apresentação do documento original. Cada peça exposta passa por um processo de contextualização histórica, com textos

explicativos que auxiliam o visitante na compreensão do período, das circunstâncias e da relevância daquele registro. E se a pesquisa histórica já exige atenção e rigor, o trabalho de conservação documental demanda ainda mais cuidado. “Começamos pelas etapas básicas, como a numeração e a higienização dos documentos. A limpeza é feita manualmente, com pincéis apropriados, para retirar a sujeira acumulada ao longo do tempo. É um trabalho delicado, que exige paciência e precisão”, afirma o historiador.

O estado físico dos manuscritos também impõe desafios. Alguns aparentam estar íntegros, mas, ao serem abertos, começam a se fragmentar. Em muitos casos, isso ocorre por causa da tinta ferrogálica, utilizada amplamente em períodos históricos e que, com o tempo, pode corroer o papel. “Há documentos que só de serem abertos começam a se desfazer. Nesses casos, evitamos o manuseio. Dependendo da situação, o material não pode ser disponibilizado ao pesquisador até passar por um processo adequado de estabilização”, explica o técnico em gestão cultural da Secult.

E é dentro desse contexto que a digitalização surge como aliada nesse processo, pois reduz o manuseio dos originais. No entanto, antes de serem digitalizados, os documentos precisam passar por etapas de conservação e estabilização no laboratório técnico.

“O público geralmente vê apenas o documento exposto ou disponível digitalmente, mas existe todo um trabalho anterior de higienização, organização, avaliação e acondicionamento adequado. Cada códice é único. Nosso compromisso é garantir que ele permaneça preservado para as próximas gerações”, conclui André.

Para pesquisadores e visitantes que frequentam o espaço há anos, o momento da reabertura simboliza a reafirmação de um patrimônio essencial para a memória coletiva e para a produção do conhecimento histórico na Amazônia. Mais do que um prédio que guarda documentos antigos, o Arquivo representa, na visão

do público, um espaço de acesso democrático à história e à identidade cultural do Pará.

Entre aqueles que acompanham de perto o funcionamento da instituição está o pesquisador Lucas Carvalho, mestre em Patrimônio Cultural, cuja trajetória acadêmica está diretamente ligada ao acervo documental preservado no local. Suas pesquisas e oficinas gráficas exigiram contato constante com fontes históricas guardadas no Arquivo. Para ele, a importância do espaço é incontestável.

“É essencial para qualquer pesquisador que precise lidar com fontes históricas. Não há como desenvolver determinados estudos sem passar por aqui”, afirma. Para Lucas, o Arquivo não é apenas um centro técnico de guarda documental, mas um ambiente que promove acesso e orientação. “Os funcionários ajudam qualquer pessoa a encontrar as fontes necessárias. É um local democrático, aberto ao público, preparado tanto para pesquisadores quanto para quem simplesmente deseja conhecer”, afirma o pesquisador.

Ao falar sobre o prédio e o significado simbólico do espaço, o mestre em Patrimônio Cultural demonstra entusiasmo: “É uma joia que a gente tem aqui. É um prédio lindíssimo que contém a memória do Pará. Para quem pesquisa, é imprescindível. Mas não é só para pesquisador, qualquer pessoa pode vir aqui visitar, conhecer, entender o que está guardado”.

Para o pesquisador, o Arquivo cumpre um papel que ultrapassa a dimensão acadêmica, pois conecta a população à própria história. Apesar da avaliação positiva, Lucas Carvalho acredita que o espaço pode ampliar sua presença junto ao público. “Eu acho que a difusão e a comunicação poderiam melhorar. Existe divulgação, existe Instagram, existe comunicação, mas talvez o público em geral ainda não tenha plena consciência de que pode vir aqui.”

Ele sugere a realização de mais atividades abertas e maior

aproximação com a comunidade, com alternativas de ampliação do acesso ao Arquivo Público. “Talvez mais atividades voltadas ao público em geral. Eu sei que já existem algumas, mas poderiam ser ampliadas. A disponibilização digital de certos arquivos também permitiria que outras pessoas tivessem acesso, não necessariamente presencialmente. Isso ampliaria muito o alcance do acervo”, opina o pesquisador.

A visão positiva também é compartilhada por pesquisadores de outras regiões do país. O historiador Eurípedes Funes, pesquisador da Universidade Federal do Ceará, que afirma conhecer o Arquivo há décadas e construiu parte significativa de sua trajetória acadêmica com base na documentação encontrada ali. Sua tese de doutorado sobre as sociedades quilombolas e a escravidão no Baixo Amazonas, que resultou no livro *Nasci nas Matas, Nunca Tive Senhor: História e Memória dos Mocambos do Baixo Amazonas*, teve como principal base documental o acervo paraense.

“A documentação escrita basicamente foi buscada aqui nesse Arquivo”, destaca. Ele relembra que, mesmo há quarenta anos, quando o acervo ainda não tinha o nível de organização atual, o espaço já era uma referência. “Mesmo naquele momento, já era um arquivo referência em todo o seu sentido”. Ao retornar agora, após a reabertura, a avaliação é ainda mais enfática. “Hoje, sem dúvida nenhuma, é um dos arquivos mais bem organizados do Brasil. As instalações estão adequadas, o acervo está organizado e o atendimento é de qualidade”, ressalta.

Para Eurípedes, a relevância do Arquivo ultrapassa os limites regionais. “Aqui existe uma guarda de documentos riquíssima para a história da Amazônia e também para compreender as conexões da região com outras partes do Brasil”, garante. Ele ressalta também que o espaço é fundamental para pesquisadores que trabalham com documentação do período colonial, do Império e da Província. “Para quem faz esse tipo de trabalho, a referência é o Arquivo Público do Pará”, afirma.

O historiador chama atenção ainda para a forma como os documentos podem revelar histórias invisibilizadas. “Grande parte do que está guardado aqui é memória de uma elite dominante. Mas, lendo os documentos a contrapelo, a gente encontra a história de outros segmentos sociais”. Inclusive, foi dessa maneira que ele identificou registros sobre quilombolas presos na região de Santarém e enviados ao presídio de Belém. “A documentação e as correspondências ajudam a fazer esse link, não apenas para entender a estrutura de poder do Estado, mas também a resistência daqueles que sempre foram colocados à margem”, explica ele.

Ao refletir sobre a necessidade de ampliar o acesso, Eurípedes defende uma atuação conjunta entre instituições culturais e educacionais.

Para o professor, aproximar os jovens exige esforço contínuo, especialmente diante da concorrência com redes sociais e outras formas de entretenimento digital. Na visão dele, a formação cidadã passa pelo contato com documentos históricos. “Não é apenas sobre o passado. É sobre compreender quem somos e como nos constituímos enquanto sociedade”, finaliza.

A percepção dos visitantes converge em um ponto central: o Arquivo Público do Estado do Pará é mais do que um espaço técnico de preservação documental. Para pesquisadores e frequentadores, trata-se de um ambiente que fortalece a democracia, sustenta a produção científica e mantém viva a memória coletiva.

Serviço: Visitação ao Arquivo Público do Estado do Pará

Quando: Segunda a sexta-feira

Horário: 8h às 14h

Local: Arquivo Público do Estado do Pará

Endereço: Tv. Campos Sales, 273 – Campina, Belém (PA) –
Entrada gratuita

Fonte: DoI e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso

11/03/2026/13:31:02

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail:

adeciopiran.blog@gmail.com

1win cassino e apostas online no Brasil em 2026